

Prof. Coordenador: Carlos Eduardo Dieder Reverbel

Bolsista de Extensão: Isadora Vargas

### **Questões Políticas e Judicialização: um estudo de caso dos medicamentos no Brasil**

A ação “Questões Políticas nos Sistemas Romano-Germânico e de Common Law 2014”, tem como objetivo, através do exame, tanto doutrinário quanto de aplicação efetiva dos sistemas político-jurídicos mencionados, procurar entender que as diferenças entre esses sistemas estão intrinsecamente relacionadas à porcentagem de demanda de judicialização de questões políticas e com os efeitos disso nos âmbitos econômico, político, jurídico e social. Além disso, tem-se o objetivo de analisar, social e estatisticamente, as peculiaridades do processo de judicialização de questões consideradas políticas, isto é, questões que deveriam ser solucionadas a partir de políticas públicas, mas que, na realidade, por diversos motivos que foram estudados, não se concretizam, como objeto em questão: a saúde.

A judicialização das questões políticas infra-valoriza o campo legislativo, na medida em que a estrutura organizacional dos poderes é suplantada por um único poder. O Poder Judiciário, ao se imiscuir em assuntos políticos, não tem consciência da estrutura orçamentária da questão envolvida, aplicando recursos públicos a partir de decisões judiciais (modelo de Common Law), recursos esses que deveriam ser geridos pelo executivo através da sinalização do legislativo. Nesse contexto, a extensão universitária em discussão firmou parceria com Advocacia Geral da União para prática jurídica dos alunos da graduação, o que tem possibilitado, no que tange à análise de dados estatísticos e processos da quarta região, a concreção do objetivo da extensão, através do estudo sobre características do sistema brasileiro em relação ao tratamento da Saúde Pública, comparando com Sistemas Romano-Germânico e de Common Law, evidenciando as diferenças e semelhanças da existência (ou não) da judicialização da saúde, sobretudo nos países: Alemanha, EUA, Canadá, Inglaterra, Austrália.

Além disso, a extensão universitária vem sendo utilizada para promover um debate social sobre o processo de judicialização, comparando os entendimentos dos sistemas jurídicos brasileiro e estrangeiro no tratamento das demandas que podem ser identificadas como questões políticas. Toda essa experiência que engloba o envolvimento com as questões internas da academia, as pesquisas jurisprudenciais, o acesso ao sistema e-proc - sistema de processo eletrônico da Justiça Federal da 4ª

Região, para fins de consulta, propiciando contato com essa importante ferramenta de atuação judicial -,o diálogo interprofissional e interdisciplinar será fundamental para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, pois além do Professor Coordenador, os alunos vêm sendo orientados por Advogados e Procuradores da União.

Através do que já foi dito, percebe-se que a metodologia utilizada consiste na pesquisa indutiva a partir de dados estatísticos (através dos processos disponibilizados pela AGU), pesquisa doutrinária na literatura nacional e estrangeira (através dos sistemas de bibliotecas e periódicos da Universidade e da Advocacia Geral da União), com o intuito de obter, no final do projeto, resultados possíveis para o tratamento de questões problemáticas no cenário brasileiro sob a cultura jurídica, como é o caso da Saúde, do acesso a tratamentos e a medicamentos.

A ação de extensão vem sendo efetuada da seguinte forma: cinco alunos do curso de Direito –UFRGS foram selecionados pelo Coordenador da Ação na UFRGS (Prof. Carlos Eduardo Dieder Reverbel) e pelo Advogado da União Coordenador Regional de Medicamentos, Tratamentos e Insumos relativos a Saúde. A seleção levou em consideração o domínio de línguas estrangeiras, justamente para pesquisa de doutrina e de políticas dos países mencionados. Além disso, cada aluno ficou responsável pela pesquisa dos seguintes temas: “O direito fundamental à saúde: conteúdo e dimensões”; “A criação do SUS, a competência comum do art. 23, II, da Constituição, e a sua interpretação jurisprudencial; “Federalismo, solidariedade e subsidiariedade na prestação da saúde pública: o modelo brasileiro, e as normas e princípios constitucionais correlatos”; “Interpretação constitucional da solidariedade civil”; “Modelos de prestação da saúde pública em Estados Federativos: Argentina, Canadá e Alemanha”. Os alunos, partindo dos temas propostos, realizam a pesquisa doutrinária e estatística e, quanto à avaliação, não haverá avaliação através de grau ou nota dos alunos, sendo a prática certificada como concluída com êxito para o aluno que obtiver frequência mínima de 75%, bem como realização satisfatória das tarefas atribuídas. As atividades compreendem: análise de processos judiciais, preenchimento de planilhas, análise de dados estatísticos, pesquisa jurisprudencial e doutrinária, participação em reuniões periódicas e redação de artigo ao final do programa.

O programa ocorre uma vez por semana, nas quintas-feiras, na sede da Procuradoria Regional da União (Mostardeiro, 483). O presente programa de prática jurídica segue os moldes de convênio específico firmado entre a AGU, através da Procuradoria-Geral da União da 4ª Região, e a UFRGS.